

FATOS

fiscais

BRASIL
2019





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

MINISTROS

José Mucio Monteiro, **Presidente**

Ana Arraes, **Vice-Presidente**

Walton Alencar Rodrigues

Benjamin Zymler

Augusto Nardes

Aroldo Cedraz de Oliveira

Raimundo Carreiro

Bruno Dantas

Vital do Rêgo

MINISTROS-SUBSTITUTOS

Augusto Sherman Cavalcanti

Marcos Bemquerer Costa

André Luís de Carvalho

Weder de Oliveira

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCU

Cristina Machado da Costa e Silva, **Procuradora-Geral**

Lucas Rocha Furtado, **Subprocurador-Geral**

Paulo Soares Bugarin, **Subprocuradora-Geral**

Marinus Eduardo de Vries Marsico, **Procurador**

Júlio Marcelo de Oliveira, **Procurador**

Sergio Ricardo Costa Caribé, **Procurador**

Rodrigo Medeiros de Lima, **Procurador**



FATOS fiscais

BRASIL 2019



INTRODUÇÃO

Uma das funções constitucionais do Tribunal de Contas da União (TCU) é analisar anualmente as contas do presidente da República, o que permite dar mais transparência à sociedade sobre onde e como estão sendo gastos os recursos públicos.

Para dar visibilidade à sociedade sobre a forma como o governo vem gerenciando e aplicando esses recursos, o TCU criou uma publicação específica, intitulada Fatos Fiscais, que traz, de forma detalhada e didática, um comparativo de quanto o governo vem gastando em áreas como Saúde, Segurança e Educação ao longo dos últimos anos, além dos encargos com a dívida pública.

Conheça o

Fatos Fiscais
Brasil 2019

Qual o valor da **Renúncia Fiscal da União?**

R\$
348,4
bilhões

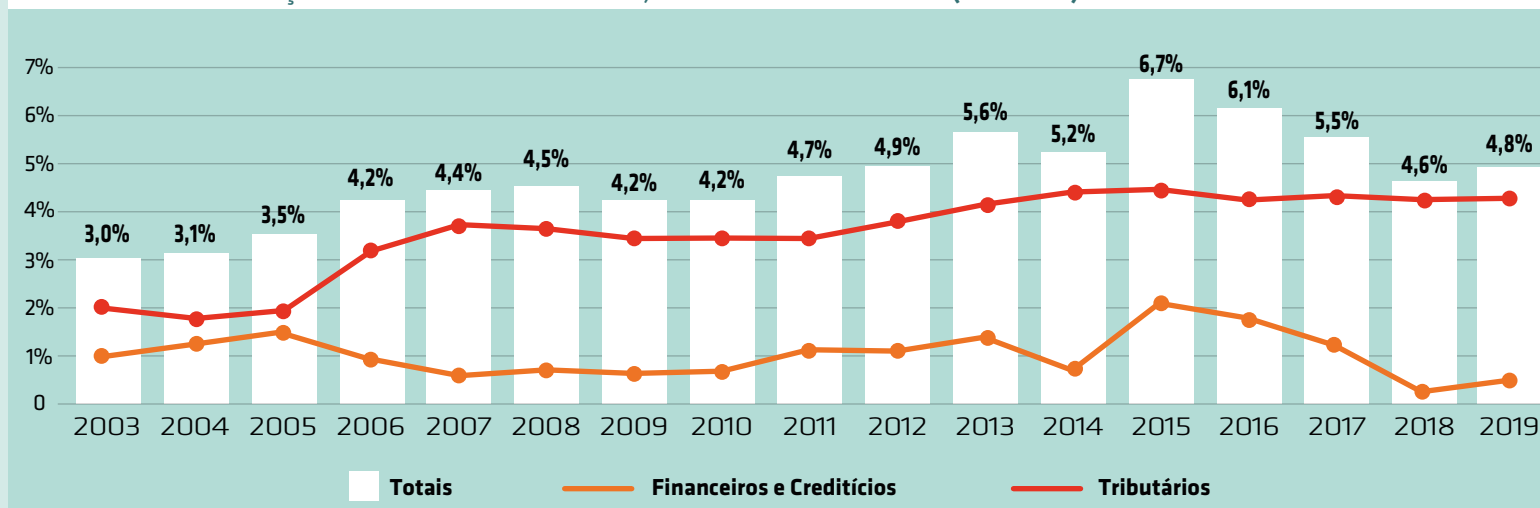
Percentual
do PIB

4,8%

Em 2019, a renúncia fiscal atingiu **R\$ 348,4 bilhões**, correspondendo a 25,9% sobre a receita primária líquida e 4,8% do Produto Interno Bruto (PIB). Foram R\$ 308,4 bilhões de benefícios tributários e R\$ 40 bilhões de benefícios financeiros e creditícios.

O gráfico a seguir apresenta a evolução dos benefícios em percentual do PIB, que passaram de 3%, em 2003, para 4,8%, em 2019, atingindo o máximo de 6,7%, em 2015. Nos três anos que antecederam 2019, houve sucessivas reduções, principalmente como resultado da diminuição dos benefícios financeiros e creditícios, que caíram de 2,1%, em 2015, para 0,3% do PIB, em 2018. Por outro lado, em 2019, os benefícios voltaram a ter leve aumento em relação ao PIB.

Gráfico 1 – Evolução dos benefícios tributários, financeiros e creditícios (% do PIB)



Os principais gastos tributários do governo federal em 2019 foram: Simples Nacional (R\$ 75,9 bilhões); Agricultura e Agroindústria (R\$ 32,3 bilhões), Rendimentos Isentos e Não Tributáveis – IRPF (R\$ 31,7 bilhões), Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas (R\$ 28,5 bilhões) e Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio (R\$ 22,2 bilhões). Considerado o conjunto de benefícios tributário que tem impacto direto na arrecadação da Previdência Social, o volume de renúncias chegou a R\$ 62,1 bilhões.

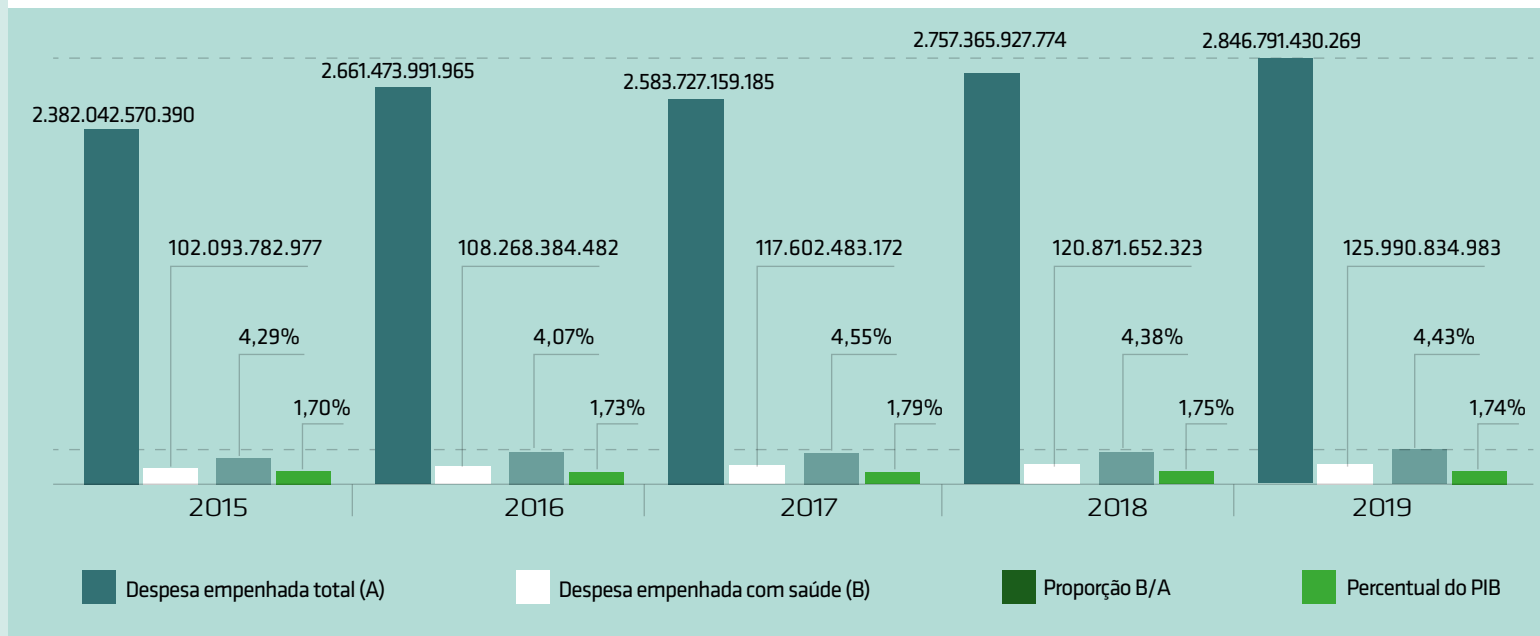
Quanto a União **gastou com saúde?**

R\$
126
bilhões

**Percentual
do PIB**

1,74%

Em 2019, a União empenhou **R\$ 126 bilhões** na função saúde, o que representa 4,43% do total de despesas empenhadas.



Como percentual do PIB, os gastos com saúde tiveram leve redução, passando de **1,75%**, em 2018, para **1,74%**, em 2019. O mínimo da saúde para 2019, correspondente ao valor calculado para a aplicação mínima do exercício anterior – 2018, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme regra introduzida pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016, era de **R\$ 117,3 bilhões**. Foi observado seu cumprimento, tendo em vista que foram executadas despesas em ações e serviços públicos de saúde, em 2019, no valor de **R\$ 122,3 bilhões** (existe variação entre o valor de aplicações em saúde para efeito de cálculo do mínimo e o total de despesas empenhadas na função saúde, em razão de algumas exclusões previstas na Lei Complementar 141/2012).

Quanto o Governo Federal **gastou com investimentos nos últimos 5 anos?**

R\$
207,4
bilhões

***Despesa total
empenhada
no período***

1,57%

Em 2019, a despesa com investimentos atingiu R\$ 42,5 bilhões. No período de cinco anos, esse gasto atingiu R\$ 207,4 bilhões, valor que representa, apenas, 1,57% da despesa total empenhada no período.

	2015	2016	2017	2018	2019
Despesa empenhada total (A)	2.382.042.570.390	2.661.473.991.965	2.583.727.159.185	2.757.365.927.774	2.846.791.430.269
Despesa empenhada com investimento (B)	37.573.716.610	38.122.476.115	45.103.217.995	44.103.817.129	42.499.157.589
Proporção B/A	1,58%	1,43%	1,75%	1,60%	1,49%
Percentual do PIB	0,63%	0,61%	0,69%	0,64%	0,59%

Na série histórica, as pastas que realizaram maiores investimentos foram:

Ministério da
Infraestrutura

19,35%

Ministério
da Defesa

19,14%

Ministério do
Desenvolvimento
Regional

12,1%

Ministério
da Saúde

11,72%

Ministério da
Educação

11,66%

Quanto o Governo Federal **gastou com segurança pública nos últimos 5 anos?**

R\$
53,4
bilhões

***Despesa total
empenhada
no período***

0,4%

Em 2019, a despesa com segurança pública alcançou R\$ 11,3 bilhões. No período de cinco anos, esse gasto atingiu R\$ 53,4 bilhões, valor que representa, apenas, 0,4% da despesa total empenhada no período.

	2015	2016	2017	2018	2019
Despesa empenhada total (A)	2.382.042.570.390	2.661.473.991.965	2.583.727.159.185	2.757.365.927.774	2.846.791.430.269
Despesa empenhada com segurança (B)	9.035.951.436	9.715.492.479	10.860.870.234	12.451.551.853	11.335.740.480
Proporção B/A	0,38%	0,37%	0,42%	0,45%	0,40%
Percentual do PIB	0,15%	0,15%	0,16%	0,18%	0,16%

Na série histórica, as pastas que realizaram maiores investimentos foram:

Ministério da
Justiça e Segurança
Pública

81,6%

Ministério do
Desenvolvimento
Regional

12,6%

Presidência da
República

5,7%

Quanto a União **gastou com Educação?**

R\$
114
bilhões

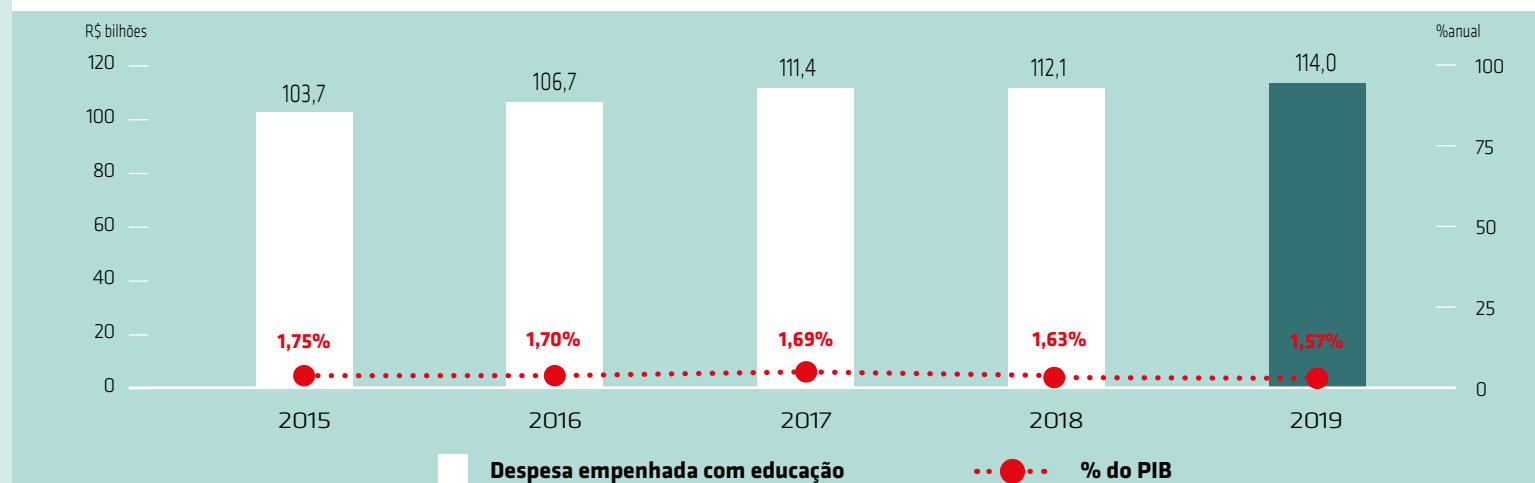
*Percentual
do PIB*

1,57%

Em 2019, a despesa com educação alcançou R\$ 114 bilhões, o que representa 4,01% de todas as despesas empenhadas e 1,57% do PIB.

	2015	2016	2017	2018	2019
Despesa empenhada total (A)	2.382.042.570.390	2.661.473.991.965	2.583.727.159.185	2.757.365.927.774	2.846.791.430.269
Despesa empenhada com Educação(B)	103.779.651.895	106.738.195.558	111.405.469.319	112.189.694.762	114.081.564.557
Proporção B/A	4,36%	4,01%	4,31%	4,07%	4,01%
Percentual do PIB	1,73%	1,70%	1,69%	1,63%	1,57%

O mínimo da educação para 2019, correspondente ao valor calculado para aplicação mínima do exercício anterior – 2018, corrigido pelo IPCA, conforme regra introduzida pela EC 95/2016, era de R\$ 52,6 bilhões. Foi observado seu cumprimento, tendo em vista que foram executadas despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino, em 2019, no valor de R\$ 63 bilhões.



Quanto a União **gastou com a dívida pública?**

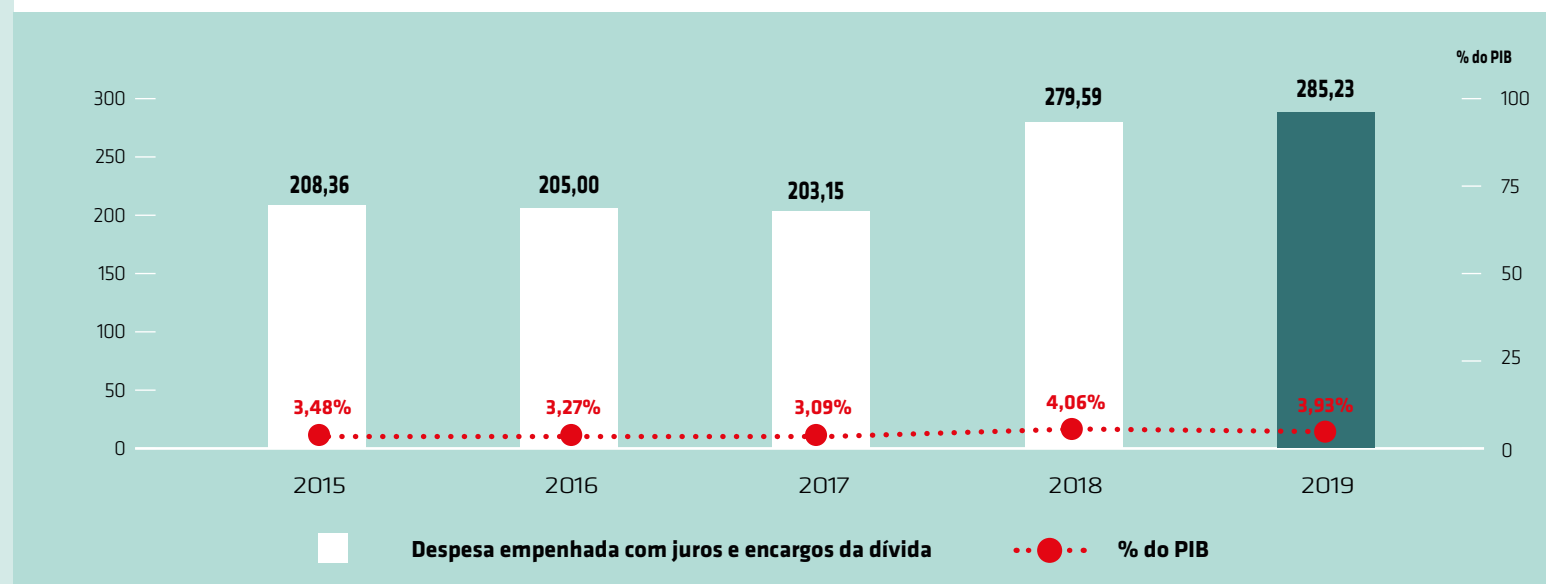
R\$
285,2
bilhões

*Percentual
do PIB*

3,93%

Em 2019, a despesa da União com juros e encargos da dívida alcançou R\$ 285,2 bilhões, o que representa 10,02% de todas as despesas empenhadas e 3,93% do PIB.

	2015	2016	2017	2018	2019
Despesa empenhada total (A)	2.382.042.570.390	2.661.473.991.965	2.583.727.159.185	2.757.365.927.774	2.846.791.430.269
Despesa empenhada com juros e encargos da dívida (B)	208.362.864.732	205.008.766.239	203.158.870.839	279.593.978.184	285.231.007.488
Proporção B/A	8,75%	7,70%	7,86%	10,14%	10,02%
Percentual do PIB	3,48%	3,27%	3,09%	4,06%	3,93%

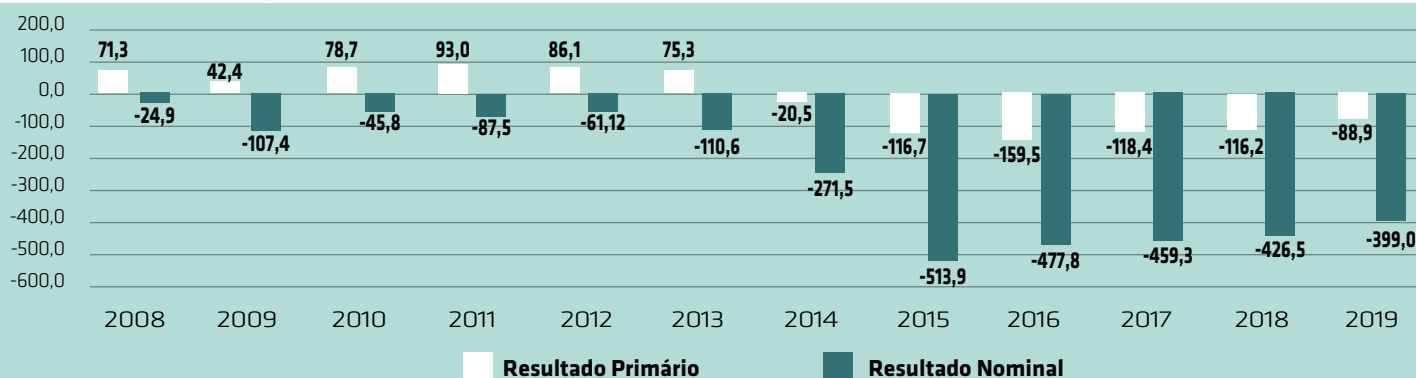


Quanto é o tamanho do *déficit* fiscal da União?

R\$
88,9
bilhões

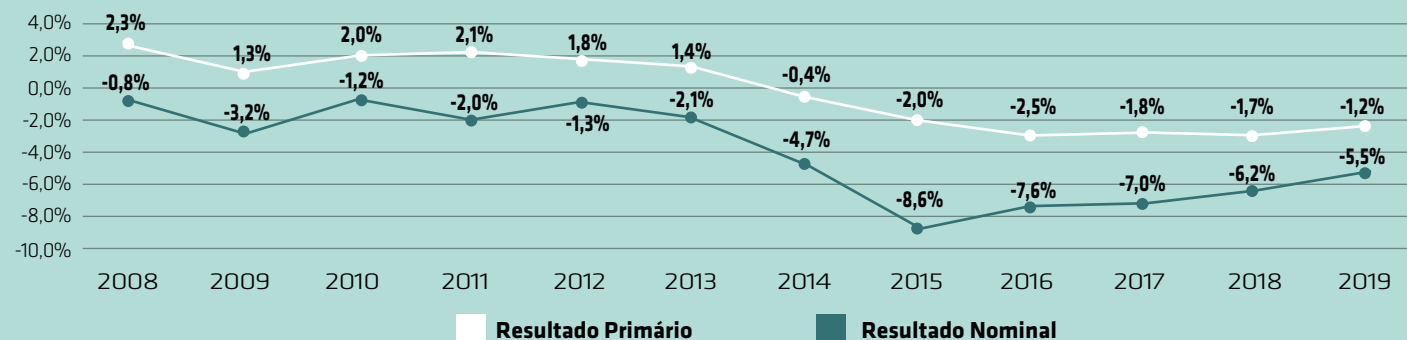
O *déficit* primário apurado pelo Tesouro Nacional em 2019 alcançou R\$ 88,9 bilhões. Já o resultado nominal apresentou *déficit* de R\$ 399 bilhões. A variação do resultado primário, em valores correntes de 2019, comparativamente ao ano anterior, decorreu do aumento da despesa total (6,7%), alcançando R\$ 1.441,8 bilhões, em proporção menor que o crescimento da receita líquida deduzida de transferências a estados e municípios (9,7%), que somou R\$ 1.346,8 bilhões.

Resultado primário e nominal do governo central – 2008 a 2019 (R\$ bilhões)



Fontes: Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Banco Central do Brasil (Bacen).

Resultado primário e nominal do governo central – 2008 a 2019 (% do PIB)



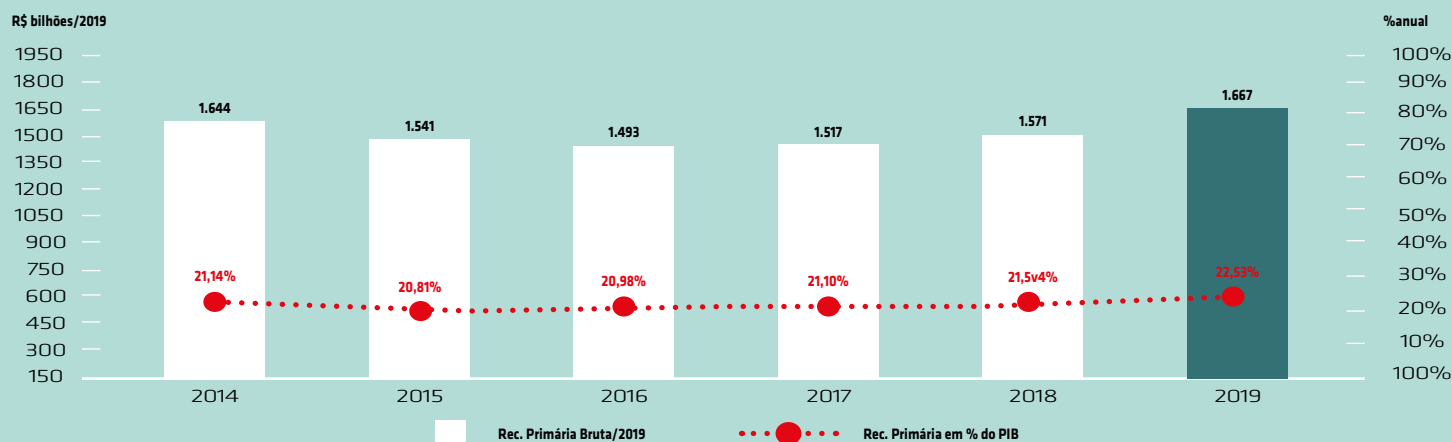
Fontes: STN e Bacen.

Quanto o Governo Federal **arrecadou para pagar todas as suas despesas?**

R\$
1,57
trilhão

Em 2019, o governo federal arrecadou R\$ 1.575 bilhões em receitas primárias. Desse total, R\$ 275 bilhões foram transferidos para estados e municípios, resultando em uma receita primária líquida de R\$ 1.300 bilhões, para fazer frente às despesas da União.

Receitas Primárias Totais – Valores de dezembro 2019* (%do PIB**)



Fontes: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e STN.

* Os valores das receitas primárias de 2014 a 2019 foram atualizados pelo IPCA para valores de dezembro de 2019.

** Os valores nominais das receitas primárias de 2014 a 2019 foram divididos pelo PIB de cada exercício.

Quanto é o *déficit* da Previdência Social?

R\$
318,2
bilhões

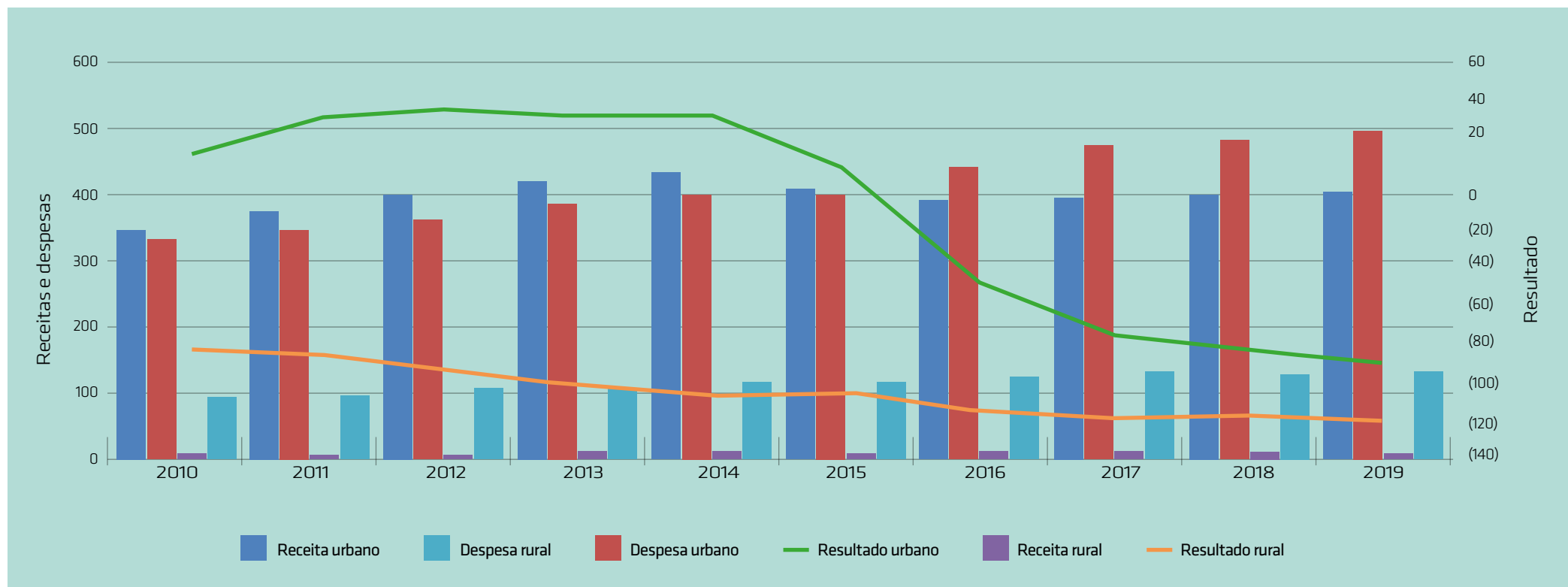
Nesta seção, são descritos os resultados dos regimes previdenciários mantidos pelo governo federal: o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atende aos trabalhadores urbanos e rurais do setor privado; o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), relativo aos servidores federais civis; e o sistema de inatividade e pensão dos militares da União.

Os três regimes previdenciários apresentaram conjuntamente, em 2019, deficit de R\$ 318,2 bilhões. Esse valor equivale à diferença entre o valor arrecadado, de R\$ 449,3 bilhões, e as despesas, que chegaram a R\$ 767,8 bilhões.

	Regime Geral			Regime Próprio dos Servidores			Regime dos Militares			Consolidado todos Regimes			
	Despesa	Receitas	Deficit	Despesa	Receitas	Deficit	Despesa	Receitas	Deficit	Despesa	Receitas	Deficit	Despesa em % do PIB
2015	493,6	422,6	-71	73,82	33,19	-40,63	39,56	2,98	-36,58	604,08	430,4	-173,7	10%
2016	490,7	394,2	-96,5	73,46	32,41	-41,05	39,06	3,09	-35,97	648,62	413,6	-235	10%
2017	536,1	378,1	-158	83,47	34,94	-48,53	42,43	3,46	-38,97	702,3	426	-276,3	11%
2018	576,4	387,6	-188,8	81,44	33,43	-48,01	44,53	3,64	-40,89	712,37	428,3	-284,1	10%
2019	626,5	413,4	-213,1	86,3	33,2	-53,1	49,7	2,7	-47	767,8	449,3	-318,2	11%

O RGPS compõe-se de pagamento de benefícios como aposentadoria urbana e rural. Em dezembro de 2019, 30.865.783 pessoas receberam benefícios previdenciários, segundo dados do Boletim Estatístico da Previdência Social (BEPS). De outra parte, o último dado disponível, de 2018, informa que 52.365.738 pessoas contribuem para o RGPS.

O gráfico abaixo contém resultados do RGPS por modalidade, corrigidos para 2019 pela inflação. Resultados do RGPS segregados pelas modalidades urbana e rural (R\$ bilhões).



Fontes: BEPS – dez/2019 e Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) – dez/2019.

Em 2019, a previdência urbana, que apresentava equilíbrio financeiro em período recente, gerou *deficit* de R\$ 91 bilhões, ao passo que a previdência rural, para fazer frente a um número bem menor de beneficiários, apresentou *deficit* de R\$ 122 bilhões. Conforme se observa no gráfico, a previdência rural apresenta *deficit* histórico, em razão dos níveis baixos de realização de receitas. Isso se deve às características de programa assistencial dessa modalidade previdenciária, uma vez que basta ao trabalhador rural comprovar o exercício da atividade para obter a aposentadoria por idade, sem necessidade de realizar contribuições à Previdência Social.



Responsabilidade Editorial

Secretaria-Geral de Controle Externo (Segecex)
Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)
Secretaria de Comunicação (Secom)

Design

Secretaria-Geral da Presidência (Segepres)
Secretaria de Comunicação (Secom)
Núcleo de Criação e Editoração (NCE)

Fotos da Capa

Gettyimage.com

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)
SAFS Quadra 4 Lote 1
Edifício Anexo III Sala 352
70.042-900 Brasília - DF
Fones (61) 3316 7766/7126
Fax (61) 3316 7536

Ouvidoria
Fone 0800 644 1500
ouvidoria@tcu.gov.br

Impresso pela Sesap/Segedam



FATOS

BRASIL
2019

fiscais

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 

Missão

Aprimorar a Administração Pública
em benefício da sociedade por meio
do controle externo

Visão

Ser referência na promoção de uma
Administração Pública efetiva,
ética, ágil e responsável

www.tcu.gov.br